

SUMÁRIO

ESCOLA SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

17 de Janeiro de 2007

Senhor Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Comunicação Social

Senhor Reitor da Universidade de Lisboa

Senhor Presidente do Ensino Politécnico de Lisboa

Senhor Director Geral do Ensino Superior

Senhores Professores e Estudantes

Senhoras e Senhores

1. Começo por agradecer o honroso convite que me dirigiu o Senhor Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Comunicação Social, Prof. António Belo, para participar na Conferência intitulada: "O papel da informação na estratégia das televisões".

Como é conhecido já aqui estive, nesta prestigiada Escola, noutra qualidade, para participar na entrega solene de diplomas aos primeiros formados pela Escola. Passou-se isso nos idos de 1994. Lembro-me bem que vim aqui, trazido pela mão amiga da professora Estrela Serrano, que prezo muito, e das conversas que então tivemos acerca da Comunicação Social, da sua importância, na formação das novas gerações, e do papel pioneiro que esta Escola poderia desempenhar - e tem desempenhado - na formação profissional e ética dos jovens jornalistas publicitários, comunicadores de empresa e técnicos do audiovisual e multimédia.

2. A Conferência de hoje tem,, por tema, como disse, "O papel da informação nas estratégias de televisão". Permitam-me, contudo, que não seja essa a matéria desta minha, necessariamente, modesta intervenção. Por duas razões essenciais. Primeiro porque não conheço as estratégias das televisões, nem no plural nem no singular, pública e privadas, para além da "guerra" desenfreada pela disputa de audiências. O que é insuficiente. Depois, porque sendo um mau e muito irregular telespectador, não posso sequer deduzir, com um mínimo de razoabilidade, se as referidas estratégias existem e em que consistem.

3. Obviamente que sou sensível, sou crítico e me desagradam, certas práticas correntes das nossas televisões, que me chocam, mas que, julgo, nem sequer serão muito diferentes, para pior, das que se praticam nas televisões dos nossos parceiros europeus. Cito algumas: as imagens repetidas, que progressivamente se vão banalizando, nos espíritos dos telespectadores de actos da pior violência e de crueldade, com risco de serem "escola de crime", para os mais jovens; a proliferação de notícias, sem qualquer relevância, que dificulta a necessária selecção, nas mentes dos telespectadores, entre o que é importante e o que é simples "lixo televisivo"; o discurso da informação-espectáculo, valorizando a TV-divertimento ou de choque em relação a projectos cívicos, culturais e pedagógicos sérios; o "castigo" da longa duração dos telejornais, que os transforma numa espécie de telenovelas (mais baratas) e desagradáveis do sofrimento popular e das desgraças alheias, a horas nobres; a insistência no sexo e na pornografia, de gosto duvidoso - até nos anúncios - a horas em que as crianças, sem os pais ainda em casa, são os mais atentos telespectadores; a transformação gradual dos desenhos animados que, de idílicos e agradáveis, para as crianças, como eram no passado, se estão a transformar em escolas de violência, de egoísmo e de maldade; o descuido da língua portuguesa, pela parte de alguns dos que falam nas televisões, com desconhecimento da gramática e da pronúncia de certas palavras menos correntes; o uso, que parece estar na moda, do palavrão, sobretudo nas telenovelas de produção caseira, que induz ao facilismo e à impunidade; a escolha repetitiva e pouco pluralista dos "comentadores" das notícias do dia; o gosto do sensacionalismo sem critério, da política chamada "politiqueira" e da intriga pessoal, em prejuízo do debate sério e objectivo das ideias, que possa ajudar a uma informação isenta e plural; etc; etc...

4. Tudo isto é do domínio do fait divers e terá pouco a ver - ou talvez não - com as estratégias televisivas que, calculo, se situam mais no plano financeiro, económico e, subsidiariamente, de intervenção política. Ora, como não domino suficientemente essas estratégias, prefiro não falar sobre elas - até porque já se pronunciaram, julgo, dois distintos especialistas, os directores de informação da RTP e da SIC e um ilustre professor da Universidade de Barcelona.

5. O tema de que vos quero falar é bastante mais gral e condiciona - às vezes com algum atraso, é certo - as estratégias da televisão, em sentido amplo. Ou seja, o título da minha intervenção é: "A Comunicação Social no Mundo de Hoje".

6. Em tempo de globalização, para o bem e para o mal, vivemos em sociedades informatizadas, em acelerada transformação. Diga-se, no entanto, que a grande revolução tecnológica e informática está muito longe de concluída e os seus progressos previsíveis rapidíssimos. Ora, no Ocidente, vivemos em democracias mediatizadas e dependentes do poder económico que algumas mais parecem plutocracias. Daí pretenderem alguns que as nossas democracias estão em crise. Como sublinham, com alguma razão, politicólogos eminentes.

Democracias mediatizadas que, por vezes, tendem a subverter as democracias representativas, próprias da Civilização Ocidental, curtocircuitando-as, uma vez que condicionam os políticos, tentam formar movimentos de opinião dentro e fóra dos partidos, antecipando-se às escolhas partidárias, pessoalizando essas escolhas e ignorando as ideologias e os programas partidários.

7. De resto, os media são hoje muito diferentes do que foram no século passado. Os jornais de referência e as revistas de informação política e cultural de grande qualidade, que em Portugal já quase não existem, lutam, corajosamente, pela sua sobrevivência. Refiro-me aos órgãos de comunicação escrita, formativos de uma opinião (sejam quais forem as suas opções ideológicas) que se pretende bem informada, com isenção e rigor, e no total respeito das princípios deontológicos, nomeadamente no chamado jornalismo de investigação. Cito, como exemplos, The New York Times, The Economist, Herald Tribune, The Guardian, Die Zeit, Le Monde, Nouvel Observateur, La Republica, El País, La Vanguardia, etc. A receita de todos, para sobreviverem, é só uma: melhorar cada vez mais a qualidade e o rigor da informação que divulgam, aprofundando os temas e recorrendo a bons artigos de opinião.

8. Na verdade, para eles, a concorrência da televisão, das rádios e da internet - e dentro em pouco dos telemóveis - é muito difícil de combater. Em virtude da rapidez, do impacto e do sintetismo. E, por outro lado, dada a concorrência (desleal) da imprensa não paga, que se oferece às saídas do Metro, porque vive exclusivamente da publicidade de grupos económicos interessados em fazer chegar a mensagem, sem custos, a públicos determinados.

9. Conheci Karl Popper, o autor da "Sociedade Aberta", grande filósofo que se naturalizou inglês, durante a guerra, por ódio ao nazismo, nos anos finais da sua vida, na segunda metade dos anos 80. Nessa altura, tinha uma preocupação, quase obsessiva. Escreveu ele: "ou nós seremos capazes de regularizar a televisão ou ela destruirá a democracia". É esta a grande mensagem que se extrai, aliás, do seu livro (traduzido em português pela Gradiva) intitulado: "Televisão: um perigo para a Democracia", 1995. Chega ao ponto de falar na necessidade do restabelecimento da Censura...

10. Para mim, como resistente ao salazarismo, cuja arma principal para a sua durabilidade foi a censura - mais do que a polícia política ou o Estado Corporativo-policial, que jugulava a economia e oprimia os portugueses - quando oiço falar em Censura sinto logo uma profundíssima alergia. Censura, nunca mais! Mas compreendo os estragos que a televisão pode fazer - e faz - no abastardamento da política, uma actividade sobre todas nobre e no mau conceito público em que são tidos os políticos, indiscriminadamente.

11. Como evitar então esse perigo que as televisões - e complementarmente os outros meios de comunicação social - podem trazer às democracias? A resposta é simples: tem de haver uma auto-regulação, feita em termos deontológicos pelos próprios jornalistas, que serão as primeiras vítimas com a perversão das regras. Sem excluir um controlo público independente, como existe em tantos países europeus, como o nosso.

Por outro lado, deve distinguir-se entre televisão pública, de que sempre fui partidário, e as privadas, com menores obrigações mas que nem por isso deixam de estar isentas de algum controlo público independente. Tenho autoridade para o dizer porque defendi, na altura própria, a existência de televisões privadas por entender que viriam reforçar, como aconteceu, o necessário pluralismo e abrir aos telespectadores um mais amplo espaço de escolhas, sempre salutar.

12. Contudo, o esquema de concorrência na disputa por maiores audiências, em que a televisão pública também entrou, igualizou, por baixo, o nível de todas, em lugar de o fazer subir (como se esperaria). E, assim, se é certo que o déficit da televisão pública diminuiu, a justificação da televisão pública, pela qualidade e excelência dos programas, tende a enfraquecer. O que não me parece, no plano cívico, nada bom.

A televisão por cabo - em alguns canais - tem uma oferta mais qualificada e diversificada, é certo, mas não atinge ainda um público tão vasto como a televisão generalista.

13. A concentração dos media privados e a sua dependência, em tempo de globalização neo-liberal, de grupos económicos, nacionais e internacionais, orientados apenas pelo critério do lucro pelo lucro, também se tem revelado particularmente perigosa para a independência do jornalismo e dos jornalistas que, em democracia, devem constituir, como se diz, o quarto poder do Estado.

Quando as economias de mercado se interpenetram e tendem a tornar-se "sociedades de mercado", enfraquecendo os Estados nacionais e os seus valores, nomeadamente nos domínios da coesão nacional e social, torna-se singularmente difícil fazer prevalecer preocupações ecológicas e sociais, sem as quais a estabilidade democrática fica particularmente vulnerável, tanto no plano nacional como internacional.

14. No entanto, em sociedades abertas como as ocidentais, as opiniões públicas contam, porque através do voto - e de outros meios pacíficos de pressão democrática - podem condicionar as mudanças necessárias, explorando as contradições que nascem do próprio mercado. Essa é a superioridade moral e política das democracias em relação aos chamados países emergentes, não obstante o seu poderio económico, tecnológico e até militar. Atente-se na revolução psicológica e política que está a ocorrer nos Estados Unidos, sob os nossos olhos, nestes meses finais da administração Bush. Apesar dos perigos para os quais, há cinquenta anos, alertou Eisenhower quando, lucidamente, denunciou o que chamou complexo industrial-militar. Complexo que hoje ainda é muito mais perigoso para a democracia, como se percebeu com a guerra contra o Iraque, dado o tecido contraditório dos grandes interesses económicos e energéticos, das altas tecnologias e de um poderio militar sem rival. E, no entanto, uma opinião esclarecida, mais do que tudo, pela tragédia dos mortos americanos, parece poder vir a conduzir às mudanças necessárias...

15. Contudo - e assim termino - a globalização neo-liberal não tem só aspectos negativos como o trágico empobrecimento de quase dois terços da Humanidade, a extensão, que parece imparável, de grandes pandemias, como a SIDA e o aquecimento do Planeta que, a não ser sustido - e é possível sê-lo - está a pôr em causa a sobrevivência de muitas espécies e da própria Humanidade. Tem aspectos também positivos. O fenómeno novo da cidadania global. O facto de todos podermos saber tudo o que se passa no mundo, ao mesmo tempo, e começarmos a aprender a reagir em unísono.

Nunca isso aconteceu antes. E essa é também a responsabilidade profissional e moral - e a glória - dessa admirável profissão do jornalismo e de outras profissões ligadas à Comunicação que aqui se ensinam nesta bela Escola.

Muito obrigado!